

**O TRIGO, O COBRE, A LÃ E O LEITE:
UM GUIA BIBLIOGRÁFICO
E UMA CURTA INTRODUÇÃO ÀS SOCIEDADES CAMPONESAS
DA PRIMEIRA METADE DO 3º MILÉNIO
NO CENTRO E SUL DE PORTUGAL**

*El trigo, el cobre, la lana y la leche:
una guía bibliográfica
y una corta introducción a las sociedades campesinas
de la primera mitad del tercer milenio
en el centro y sur de Portugal*

Victor S. GONÇALVES

Professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Director da Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

Unidade de Arqueologia. Faculdade de Letras, pp. 1600-214, Lisboa (Portugal). Correo-e: vsg@mail.doc.fl.ul.pt

Fecha de aceptación de la versión definitiva: 12-04-2002

BIBLID [0514-7336 (2000-2001) 53-54; 273-292]

RESUMEN: Este trabalho tem como principal finalidade apresentar uma Bibliografia Selectiva, comentada, referente ao terceiro milénio no Centro e Sul de Portugal. O autor considera que os principais componentes da Revolução dos Produtos Secundários, aos quais junta a arqueometalurgia do cobre, estão activos durante toda a primeira metade do terceiro milénio nesta área específica, marcada pela construção de povoados e quintas fortificadas desde a Península de Lisboa até ao Alentejo e Algarve.

Palabras clave: Calcolítico. Revolução dos Produtos Secundários. 3º milénio. Centro e Sul de Portugal.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present a selected bibliography on the third millennium in South Portugal. The author defends that components of the Secondary Products Revolution are the motor of an impressive series of changes in social and economical settlement patterns, including the birth of fortified farms and habitats.

Key words: Calcolithic. Secondary Products Revolution. 3rd millennium. South Portugal.

Nota previa

Quando os dados escasseiam, ou a sua dimensão se altera pouco, é difícil escrever com novidade. Quase um ano depois de ter escrito para a Associação dos Arqueólogos Portugueses um estudo, ainda hoje inédito, intitulado “Cobre, RPS e fortificações no Centro

e Sul de Portugal (ontem, hoje, e talvez amanhã, numa perspectiva pessoal)”, foi-me solicitado pela Revista Zephyrus um texto similar. Poderia simplesmente ter entregue o anterior e resolvido o problema, mas duas situações me impediram de o fazer.

Em primeiro lugar, o texto referido pareceu-me, na sua versão final, demasiado “português”, o que,

longe de ser um defeito, não o tornava adequado para o fim em vista. A língua portuguesa, que me recuso a trocar por outra, tem aliás particularidades e contextos quase intraduzíveis e, em algumas situações, inteligíveis apenas para quem a domina.

Em segundo lugar, o tema ficou longe de esgotado, apesar de o ponto nodal do texto referido se centrar mais uma vez na Revolução dos Produtos Secundários e nas suas implicações no Extremo Ocidente.

Comecei assim do princípio, avançando aqui, afinal, a maquette de um livro em preparação. E mantive apenas como ponto comum aos dois textos a *Bibliografia Selectiva Comentada*, aqui um ponto central, uma vez que, contextualmente, da maior utilidade. Particularmente quando estudos portugueses de primeira importância são pouco conhecidos em Espanha, talvez também pela dificuldade de acesso às publicações em que foram divulgados.

Antes de começar, deverei igualmente sublinhar uma situação: o Sul de Portugal é marcado por três grandes rios, que desempenharam papéis fundamentais em diversos momentos da Antiguidade, mas também em momentos anteriores: o Sado, o Guadiana e o Tejo....

É um território de grande legibilidade, quase sem relevos, se excluirmos a espinha transversal que vai do Algarve atlântico até ao Alto Algarve Oriental.

A noção de Centro é consideravelmente mais difícil de definir. Poderíamos usar o Mondego como critério e o Centro de Portugal estaria então entre o Mondego e o Tejo. Mas esta opção está longe de ter seguidores unânimes.

Como não somos geógrafos, podemos restringir arbitrariamente este “Centro”, a que nos referimos, à Península de Lisboa, de Peniche até Lisboa, e colocarmos momentaneamente de parte a “Beira Interior”, cuja problemática já Georg e Vera Leisner adivinhavam específica.

Mas fazer coincidir a expressão “Centro e Sul de Portugal” com a sequência cumulativa “Estremadura, Alentejo e Algarve” não parece errado, numa discussão que não tem afinal grande importância para o contexto.

1. Uma leitura “cronológica”?

Quando analisamos a complexa questão da emergência das antigas sociedades camponesas na

fachada atlântica da Península Ibérica deparamo-nos imediatamente com duas questões de peso. Em primeiro lugar, a fachada atlântica não é assim tão atlântica: já Orlando Ribeiro considerava a Arrábida como o limite norte da vegetação mediterrânica e, com boa vontade, a própria Serra de Sintra. Em segundo lugar, porque as primeiras sociedades camponesas parecem muito pouco camponesas e ainda menos agrícolas. São ainda, e pelo que sabemos, ou comunidades de caçadores recolectores com algumas tecnologias neolíticas (como a cerâmica, a pedra polida, um específico talhe do sílex) ou provavelmente criadores de gado, sendo muito raras as evidências que se referem, por exemplo, ao corte de cereais (extrema raridade do “brilho de cereal” nos líticos) ou à farinhação (número muito escasso de mós manuais) ou ainda aos próprios cereais (escassez de sementes em contextos sedimentológicos em que a sua ausência não pode ser explicada pela acidez dos solos).

Basicamente, Cabranosa é um sítio de pescadores recolectores (tal como El Retamar, na Baía de Cádiz) e não um habitat de “clássicos” produtores de alimentos. Outro será talvez, se o for, o caso da Valada do Mato (Évora), mas a mesma situação repete-se claramente em Vale Píncel (Sines).

Se as comunidades também chamadas de “agro-metalúrgicas” têm uma data para a sua aparição na fachada atlântica da Península, essa data parece colocar-se, em anos de calendário, na transição do 4º para o 3º milénio, muito longe, no tempo, portanto, dos “neolíticos” do Algarve, Sines ou do Alentejo central. E sem que nada pareça relacionar estas novas comunidades com as anteriores.

Num sítio, pelo menos, uma sequência vertical permitiu esclarecer esta situação, conservadoramente apresentada como a transição do Neolítico final para o Calcolítico: Liceia, um povoado fortificado da Península de Lisboa, perto do Tejo, onde sob as fortificações se identificou uma primeira ocupação pré-metalúrgica.

As cronologias apontadas para o que aí se designou por Neolítico final confirmam a sua localização (e a emergência não apenas de um novo modo de produção, mas de novos padrões culturais) na transição do 4º para o 3º milénio (e

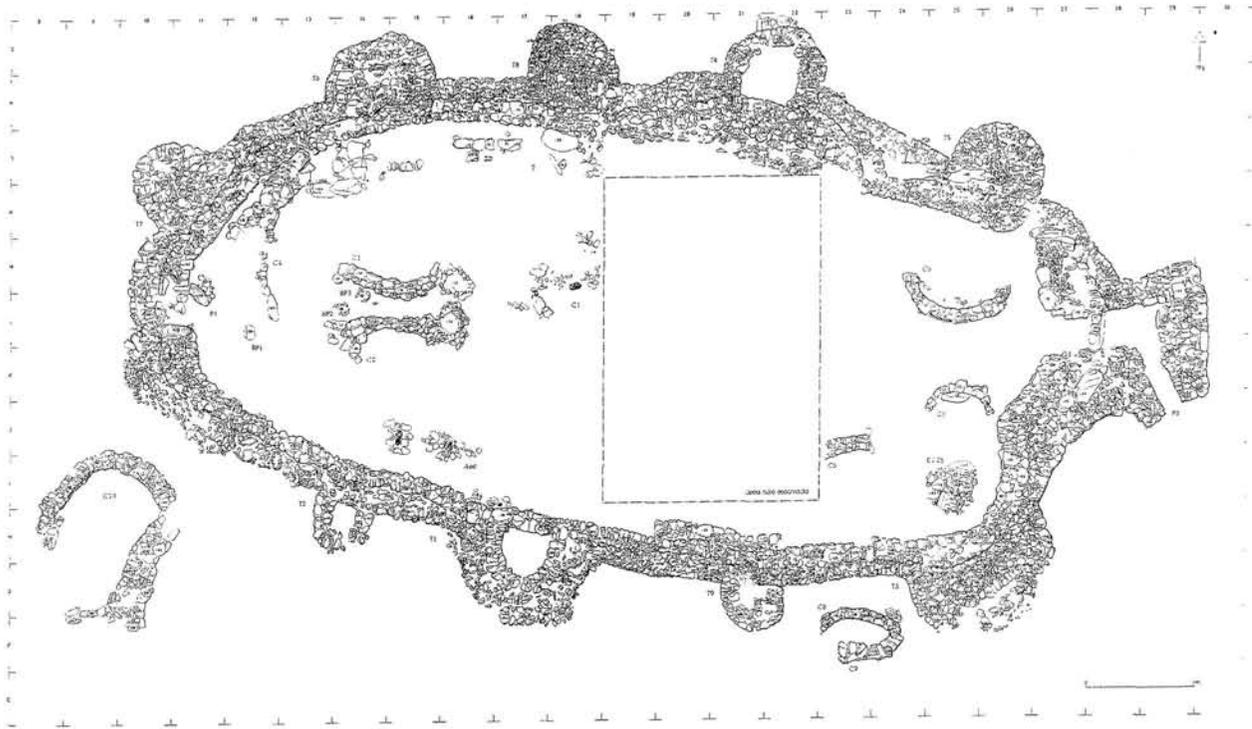


FIG. 1. *Planta do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim, Alto Algarve Oriental). Segundo Gonçalves, 1989. Toda a encosta abrupta apontando à confluência com a principal linha de água vizinha (um afluente do Guadiana) está vazia de outras fortificações, mas a encosta a poente está plena de muros que podem indicar um prolongamento funcional nessa direcção, aumentando assim a área protegida. Observe-se a diferença morfológica entre a porta mais antiga (P1) e a mais recente (P2), esta última protegida pela Torre 3 (T3), integrada no reforço à muralha nuclear. Na secção de muralha logo acima das duas cabanas extra-muros (C10) poderia ter existido outra torre, destruída aquando da intensificação do uso exterior daquela área.*

neste texto referimo-nos exclusivamente a anos de calendário). Referem-se a um primeiro momento de ocupação daquele espaço, em que as fortificações não tinham ainda sido construídas.

2. Uma leitura “social”?

Normalmente, entre o que está antes e o que vem depois há diferenças mais ou menos sensíveis, uma transmissão cultural sendo, por natureza e condicionantes, incompleta e de selectividade por vezes circunstancial, mas sempre efectiva.

Que tipo de sociedade temos antes de inícios do 3º milénio e antes deles?

Significativamente, a escassez de informação para o período 3500 a 3000 só pode ter um significado: um povoamento disperso e apoiado em economias de exploração de recursos múltiplos.

Uma aplicação não corrigida de um modelo teórico a uma situação concreta, houve quem encontrasse uma explicação territorial para a articulação do povoamento neolítico de Sines. Mas se a polémica que recentemente eclodiu entre divergentes perspectivas interpretativas nada tem que ver com esta situação, uma vez partindo da informação *realmente* disponível e não de uma divagação puramente teórica, é bom que se não esqueça a própria natureza dos dados. Que nos indiciam sociedades de malha tão fluida que

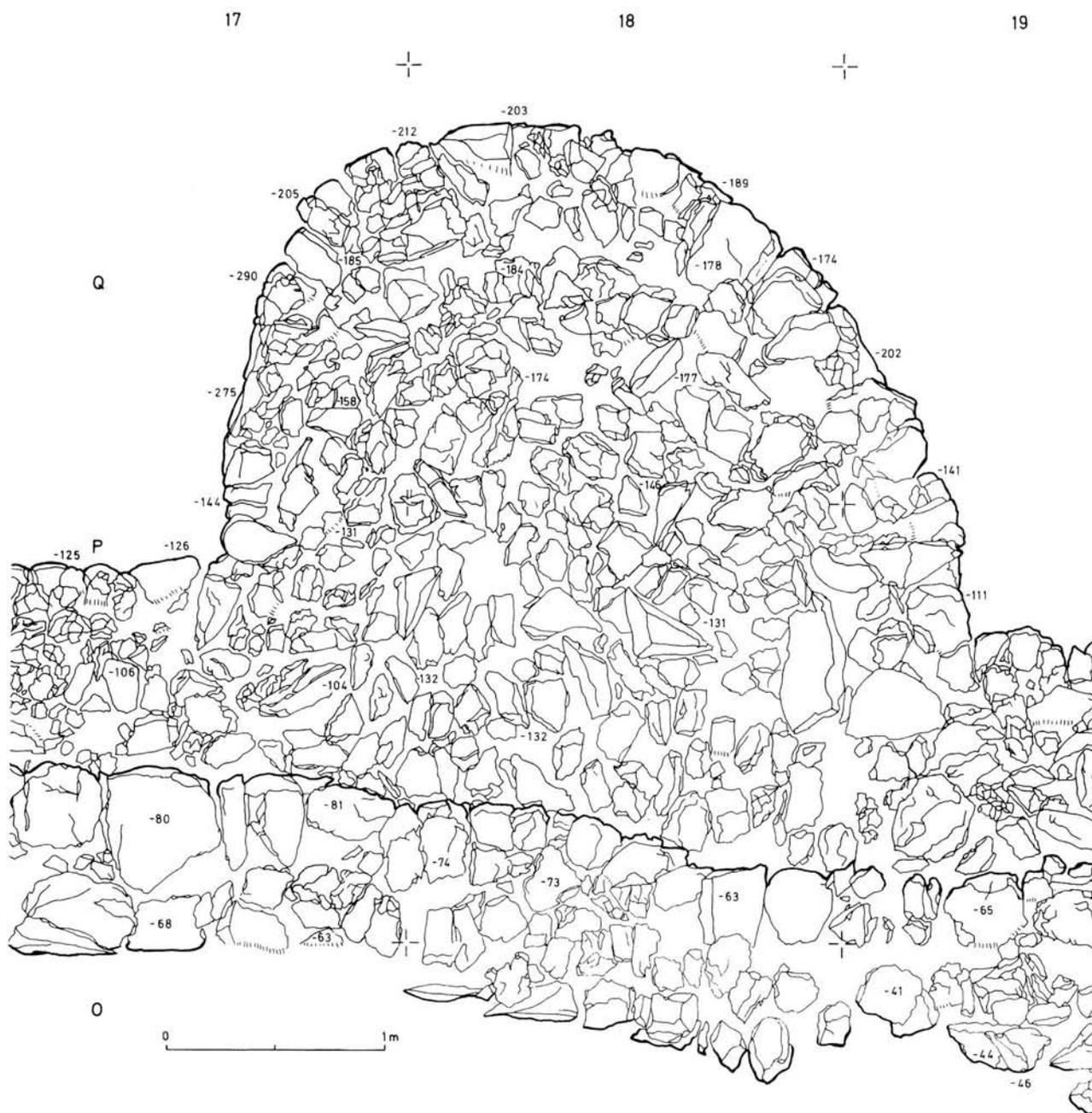


FIG. 2. *Cerro do Castelo de Santa Justa, Torre 8, claramente integrada no reforço à muralha nuclear. Segundo Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 208.*

apenas encontramos restos das suas estruturas de combustão e nada, ou muito pouco que indique habitats permanentes.

Com o 3º milénio, o que encontramos é totalmente diferente: grupos coesos, que escolhem espaços determinados, muito bem definidos

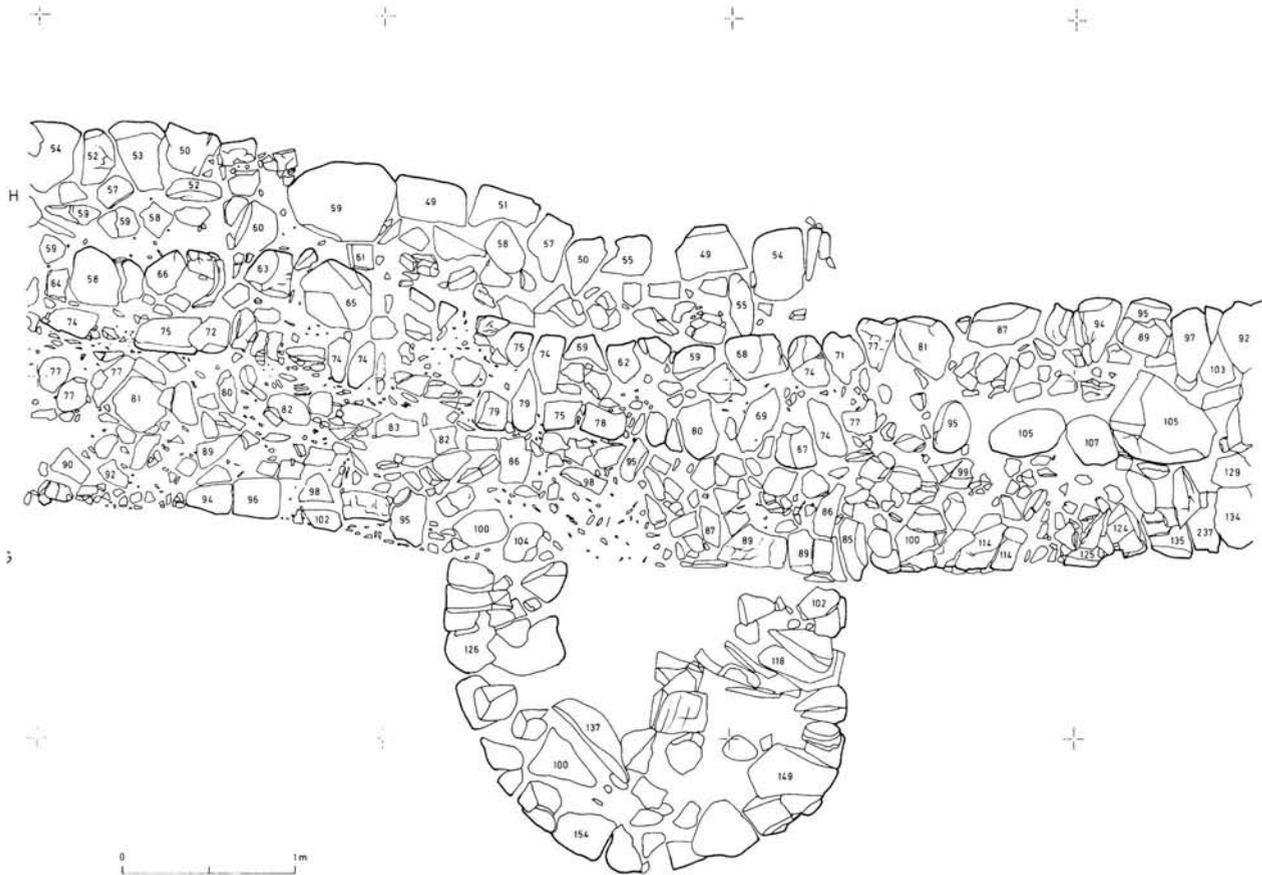


FIG. 3. Cerro do Castelo de Santa Justa, Torre 9, integrada no reforço à muralha nuclear, ela própria reforçada internamente ou adossada a restos de uma fortificação anterior. Segundo Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 209.

na paisagem, e aí constróem habitações, protegidas ou não por muralhas.

Que a volumetria das muralhas de Zambujal (Torres Vedras), Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) ou mesmo Liceia (Oeiras) não nos iludam: a dimensão efectiva destes grupos continua a ser restrita. Situação obviamente ainda mais visível nas quintas fortificadas do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim), Monte da Tumba (Torrão) ou Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz).

Nada que ver com Los Millares e a extensa área protegida por uma primeira linha de fortins e por uma segunda de muralhas. Talvez devido à inaplicabilidade em Portugal do modelo do regadio, é a agricultura de sequeiro que corresponde

a este tipo de povoamento e as sociedades que uma agricultura de sequeiro origina são sempre inferiores numericamente às que praticam o regadio.

Grupos pouco numerosos, mas com sucesso evidente, pelo menos com o suficiente sucesso para garantirem uma economia de trocas que leva o cobre alentejano pelo menos até ao Zambujal, se não mais para norte. E carreiam o anfibólito, agora em grandes quantidades, até Vila Nova de S. Pedro e Liceia.

3. Uma leitura “económica”?

Por mais que se queira matizar a questão, quando aceitamos a influência a Ocidente de

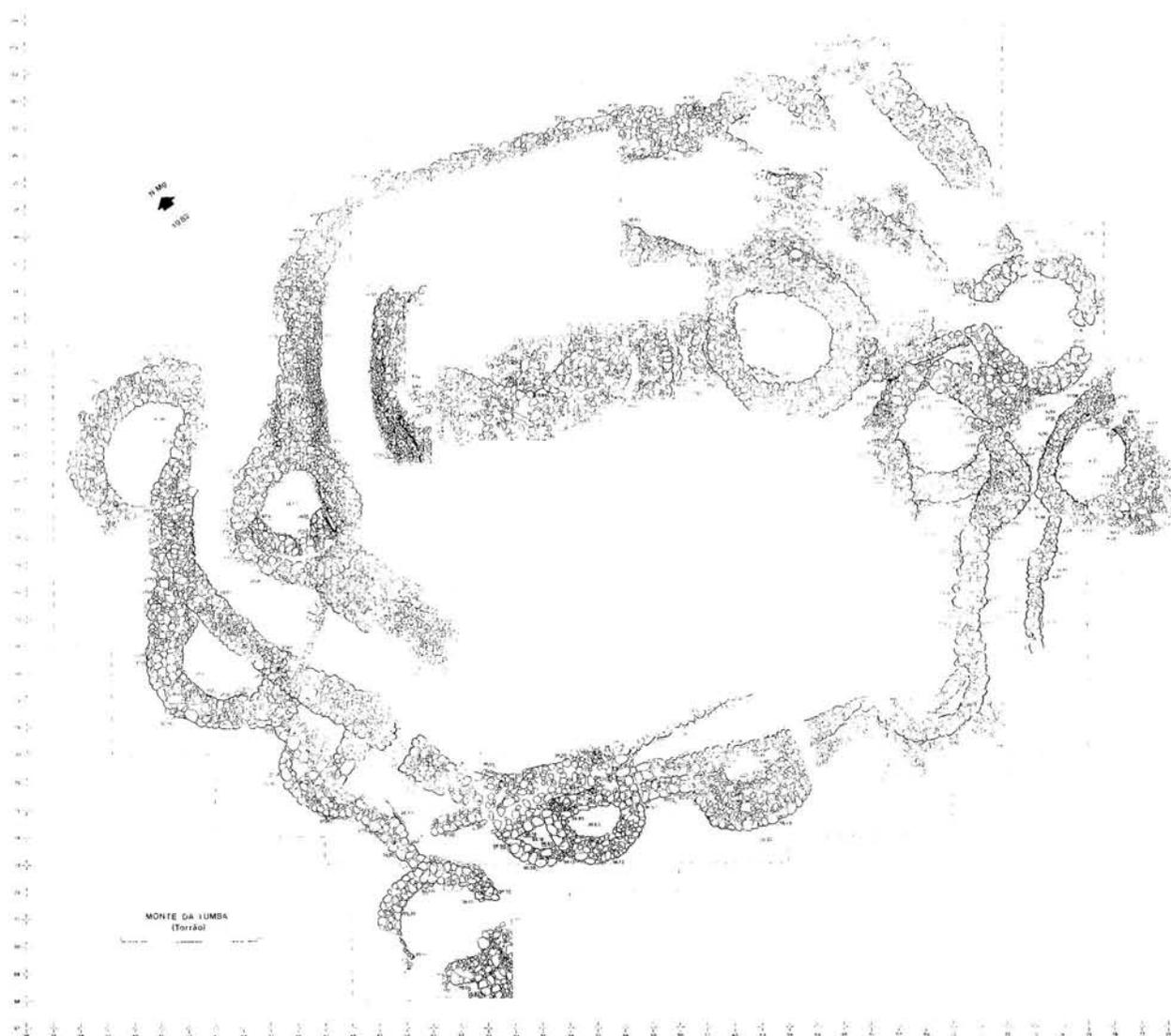


FIG. 4. *Planta do Monte da Tumba (Torrão, Alentejo médio). Segundo Silva e Soares, 1987. Os diferentes traçados do dispositivo defensivo ilustram a complexa e atribulada evolução do sítio.*

componentes da Revolução dos Produtos Secundários, os critérios mobilizados têm que ver com as estruturas económicas (e as sociais que delas derivam, como diriam Marx ou Engels, Febvre ou Braudel).

Que indícios temos então de uma mudança económica específica, detectável nos primeiros séculos do 3º milénio?

Basicamente, regista-se através da leitura artefactual, das estruturas de habitação e das próprias

práticas funerárias (e simbólicas em geral) um corte substantivo:

1. onde víamos geométricos, vemos agora pontas de seta;
2. onde víamos lamelas e lâminas curtas, vemos agora sobretudo lâminas, por vezes de grande dimensão e obtidas por novas tecnologias;
3. onde víamos taças carenadas e recipientes mamilados, vemos agora taças carenadas



FIG. 5. Grande torre do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora, Alentejo médio). Na direcção Este, esta torre aparece sistematicamente reforçada por muros “colados” entre si, actualmente muito destruídos.

(em rarefacção), pratos e taças de bordo espessado;

4. onde víamos acampamentos sazonais ou lugares de consumo oportunista de bens obtidos em territórios de recursos imediatos, vemos agora, em maior número lugares de habitação permanente, alguns solidamente fortificados, estes e os outros com estruturas funcionais do quotidiano duradouras (o forno de cerâmica e a cisterna de Vila Nova de S. Pedro, as eiras

de Liceia, as áreas de combustão da Sala nº 1 ou de Santa Justa...);

5. onde conhecíamos simples abrigos ou cabanas mal estruturadas, vemos agora cabanas de socos de pedra, paredes de ramagens revestidas a argila;
6. mesmo onde não existe cobre nativo (Zambujal, Vila Nova de S. Pedro, Liceia, Rotura), vemos agora, e apesar disso, metalurgia activa, lingotes, cadinhos, moldes, pingos de fundição,

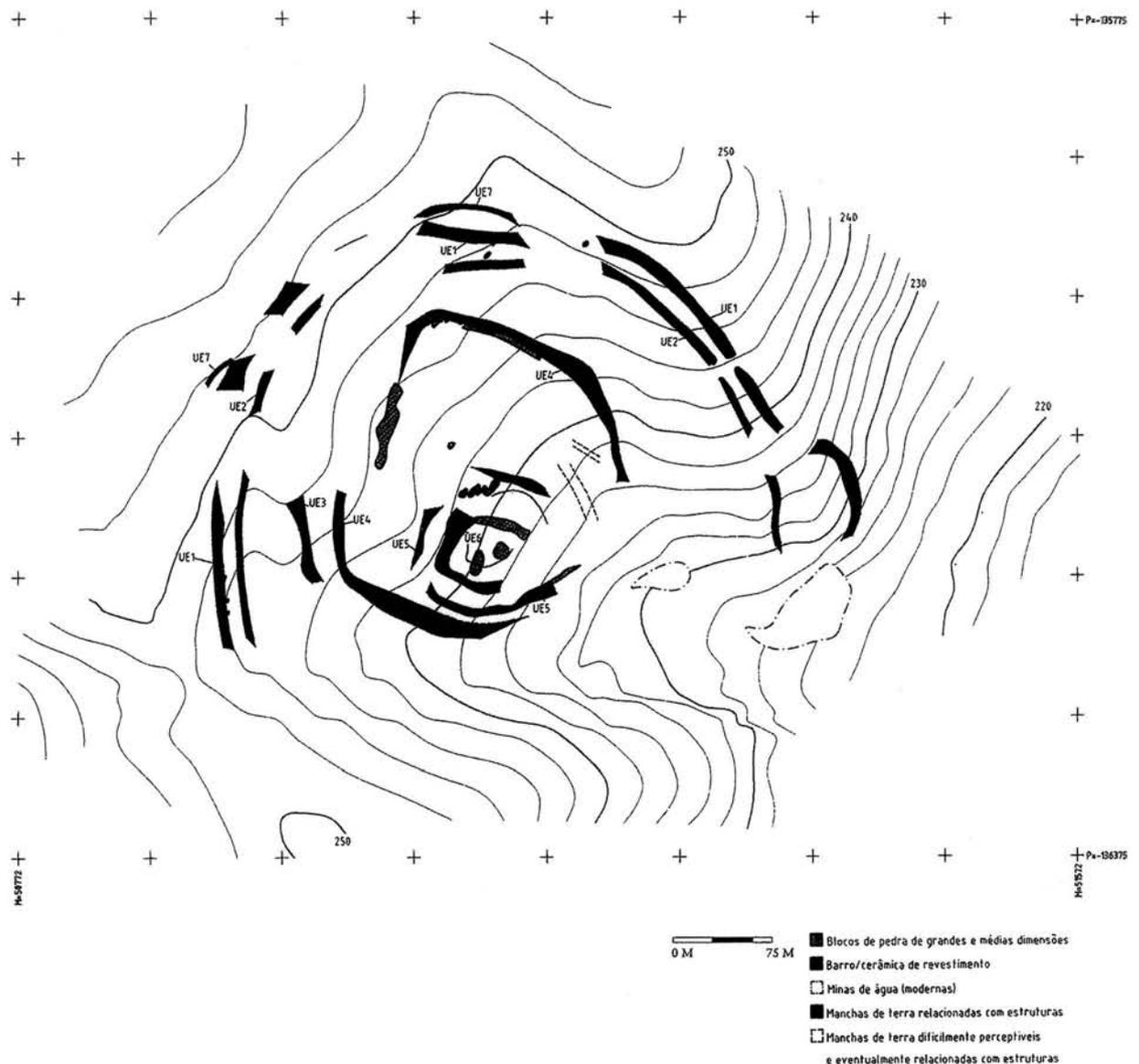


FIG. 6. Planta provisória do povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora, Alentejo médio). Segundo Lago et al. 1998. Sítios como o Cabeço do Cubo e Santa Vitória (Campo Maior, alto Alentejo), Juromenha 1 (Alandroal) e talvez TESP3, em Reguengos de Monsaraz, correspondem a um modelo de povoamento protegido por fossos, cujo entendimento inicial se referiu sempre a situações como as de Papa Uvas e Valencina de la Concepción (e, eventualmente, Los Lobos). Sabe-se muito pouco sobre estes sítios e sobre a função efectiva dos fossos, particularmente porque, no caso dos Perdigões, a destruição efectuada pela FINAGRA e a complexa sequência ocupacional, pouco esclarecida pelas escavações de minimização, podem ter gerado imagens de muito baixa resolução. De todos os povoados referidos, Juromenha 1, ainda inédito, surge com um extraordinário potencial informativo.

- escórias, para além dos próprios artefactos;
7. as mós manuais surgem pela primeira vez, sobretudo no Alentejo, com números muito significativos (muitas dezenas em sítios de pequena dimensão);
 8. as queijeiras indicam o novo ciclo de completa adaptação à lactose;
 9. os componentes de tear evidenciam a adopção da exploração de novos recursos económicos;
 10. os espaços da morte são agora (e quase até fins do 3º milénio) definitivamente colectivos, trate-se de grutas artificiais e hipogeus ou de *tholoi*;
 11. a multiplicação das figurações simbólicas atribuíveis a uma ou mais divindades torna-se significativa, consubstancia-se nas decorações simbólicas, nas placas de xisto gravadas, nas placas de grés esculpidas, nas figurinhas de osso polido e nos artefactos votivos de calcário.

4. Uma imagem de fortificações eficazes?

Poderíamos considerar que os primeiros séculos do 3º milénio são marcados pela emergência de sítios de habitação protegidos por muralhas aparentemente eficazes, integrando dispositivos defensivos simples ou complexos, conforme as situações.

Mas duas advertências são necessárias.

Em primeiro lugar, os sítios fortificados não estão sozinhos. Integram redes de povoamento, com lugares de tipologias muito diversas. É o caso de situações definidas para regiões específicas como Vidigueira e Portel (Gonçalves, 1989), Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, Calado e Rocha, 1992) e mesmo para o Zambujal, onde a importância do sítio fortificado faz frequentemente esquecer a densidade dos sítios da mesma época identificados na região de Torres Vedras.

Em segundo lugar, a eficácia das fortificações é duvidosa, não porque se revistam de um imediato significado simbólico, o que seria absurdo, mas porque foram sempre usadas e nem sempre resultaram. É o que parece decorrer de uma interpretação realista das sucessivas reconstruções

e dos reforços acrescentados. As muralhas do Zambujal ou as de Liceia, as torres de Vila Nova de S. Pedro, os reforços à grande torre do Monte Novo dos Albardeiros, a planta final do Monte da Tumba, a sequência construtiva de Santa Justa confirmam que as muralhas e torres não só tinham uma real funcionalidade como tiveram de ser reparadas e o seu traçado corrigido. E é bem significativo que à primeira entrada de Santa Justa, simples e sem protecção, se tenha sucedido, após o entaipamento da estrutura vulnerável, uma porta em baioneta, protegida pela Torre 3, a mais maciça torre do povoado.

A ideia de elaborar dispositivos defensivos complexos, e cuja planta vai sendo corrigida de acordo com as provavelmente más experiências, tem que ver com a agitação provocada pela nova situação que os primeiros séculos do 3º milénio configuram, com deslocações internas de grupos ou, mais provavelmente, com o choque entre pastores e agricultores, posições conflituosas por definição.

Tem isto a ver com a emergência do estado ou de formas pré-estatais?

Nenhum facto permite afirmá-lo e a muito reduzida dimensão dos grupos mostra bem que não podemos comparar displicentemente a situação verificada no Centro e Sul de Portugal com a registada para a Andaluzia, onde aquela situação é mais que provável, devido à dimensão demográfica dos grupos, à acumulação de riqueza e à especialização funcional, exemplificada pela complexidade dos sistemas defensivos traduzida na linha de fortins de Los Millares.

Para terminar, recordaria que as torres de Vila Nova de S. Pedro foram mesmo destruídas num dado momento. E reconstruídas com uma dimensão menor da original, implicando uma menor disponibilidade do grupo residente para o investimento que representaria a manutenção das dimensões anteriores. E os fechos em diagonal entre a segunda e terceira linhas de muralha correspondem à necessidade estratégica de compartimentar o espaço por onde os atacantes poderiam penetrar, facilitando uma defesa por um menor número de indivíduos. Redução demográfica que parece preludiar o princípio da inadequação do modelo económico social e o inevitável colapso.

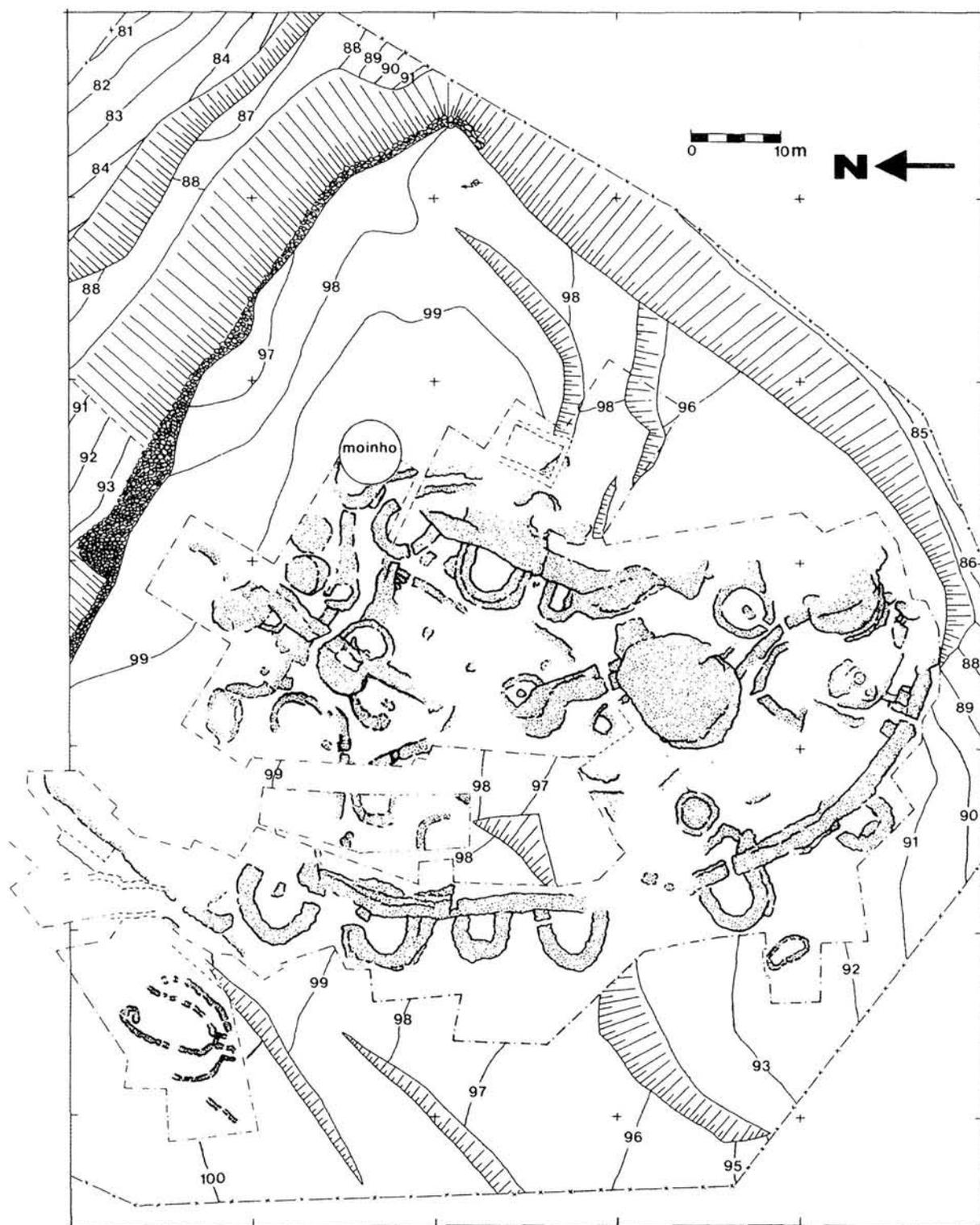


FIG. 7. Imagem do povoado fortificado de Liceia (Oeiras, Península de Lisboa). Segundo Cardoso, 1999-2000.

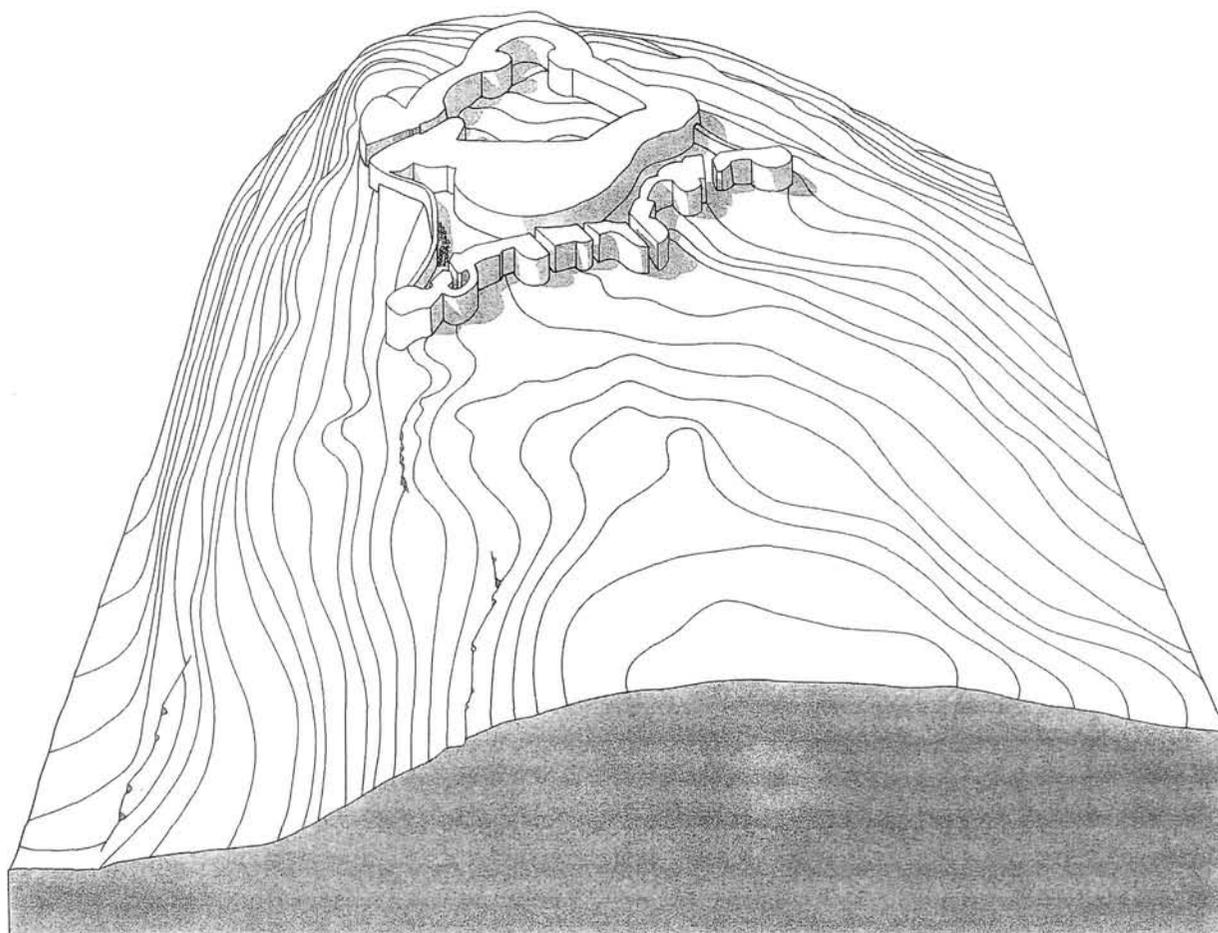


FIG. 8. *Reconstituição de uma fase do povoado fortificado do Zambujal (Torres Vedras, Península de Lisboa). Segundo Schubart e Sangmeister, 1981.*

5. Uma imagem de mortos solidários?

Se as leituras sociais são, por vezes, objecto de especulações gratuitas, contrastantes com a falta de dados registada na maioria das situações, as leituras dos espaços da morte das antigas sociedades camponesas, e dos ritos a eles associados, são muitas vezes assinaladas pela ligeireza das análises pouco críticas, pelos preconceitos mágico-religiosos actuais ou pela imaginação delirante de alguns autores.

A noção que todo o simbólico é religioso é uma trágica deformação provocada pela educação

judaico-cristã e perpetuada por gerações de religiosos ou ex-religiosos que se integraram, sem correcção prévia das suas próprias condicionantes, nos processos de análise histórica. E talvez bastasse ler Lucien Febvre e o seu sempre admirável “Rabelais...” para compreender que a palavra e a coisa têm relações complexas e as antigas sociedades não são as mesmas das actuais, ainda que partilhem, por vezes, não poucos componentes activos.

Quando em 1992 procurei interpretar o significado da orientação dos monumentos megalíticos em Reguengos de Monsaraz, encontrei-me

perante duas possibilidades absolutamente contraditórias: o percurso, transportando o morto ao longo de um corredor baixo e estreito, a caminho de uma Câmara escura ou, no mínimo, pouco iluminada, significava o abandono definitivo do mundo luminoso dos vivos. Mas, por outro lado, orientar a cabeceira do monumento para a primeira luz não queria dizer justamente que a luz poderia rasgar as trevas?

Como sabê-lo?

Os homens que traçaram e construíram aqueles monumentos já morreram e nenhum dos restos mutilados que nos deixaram permite uma escolha.

Um dado, porém, entre outros, é indismutável: a colectivização da morte, no Centro e Sul de Portugal, inexistente nos monumentos megalíticos anteriores à transição do 4º para o 3º milénio.

Consideremos um exemplo concreto, o do Grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz. Quase todos os monumentos de corredor curto têm um, dois enterramentos. Salvo quando são reutilizados posteriormente. Os *tholoi* OP2b ou OP2d, anexos ao dolmen Olival da Pega 2, têm dezenas de deposições funerárias. A reocupação de monumentos como Xarez 1, ou mesmo Olival da Pega 1, têm dezenas de deposições funerárias. Temos assim os monumentos mais antigos como espaços individuais ou “familiares” e os monumentos da transição do 4º para o 3º milénio como espaços colectivos. Colectivização que é totalmente indiscutível nos monumentos de falsa cúpula.

A distinção não é generalizável a *todos* os monumentos, em *todos* os grupos megalíticos, mesmo em Reguengos de Monsaraz temos o caso de Poço da Gateira 1, com 12 ou 13 enterramentos, no que será provavelmente a necrópole de uma quinta neolítica, mas as situações estatisticamente dominantes são demasiado óbvias para que não tenham um significado de verdadeira ruptura de padrões de comportamento perante a morte, ou perante os mortos, como já alguém escreveu, essa esmagadora maioria da nossa espécie...

Assim, na transição do 4º para o 3º milénio, também a nível dos espaços da morte se verifica uma profunda ruptura, pelo menos na concepção

do significado e nas restrições de uso dos monumentos. Mas podemos ir mais longe: a própria estrutura das sepulturas traduz uma alteração importante: construir um *tholos* é muito mais simples e “económico” que construir um *dolmen* ou uma passagem coberta. A leveza do xisto, componente maioritária das Câmaras dos *tholoi*, facilita o transporte e a dimensão das lajes de xisto permite uma montagem rápida de uma falsa cúpula.

Se por vezes se disse que os monumentos megalíticos não eram simples contentores de mortos, é bom não esquecermos que era exactamente para isso que eles foram construídos e as considerações posteriores são o revestimento social, económico ou simbólico de essa simples realidade. Como é evidente, ao desígnio básico de localizar os mortos num espaço próprio juntou-se um conjunto muito complexo de outras referências e marcas, referenciadas a estatutos individuais, colectivos ou mesmo a símbolos externos de territorialidade efectiva, directa. Nada significa apenas o que é.

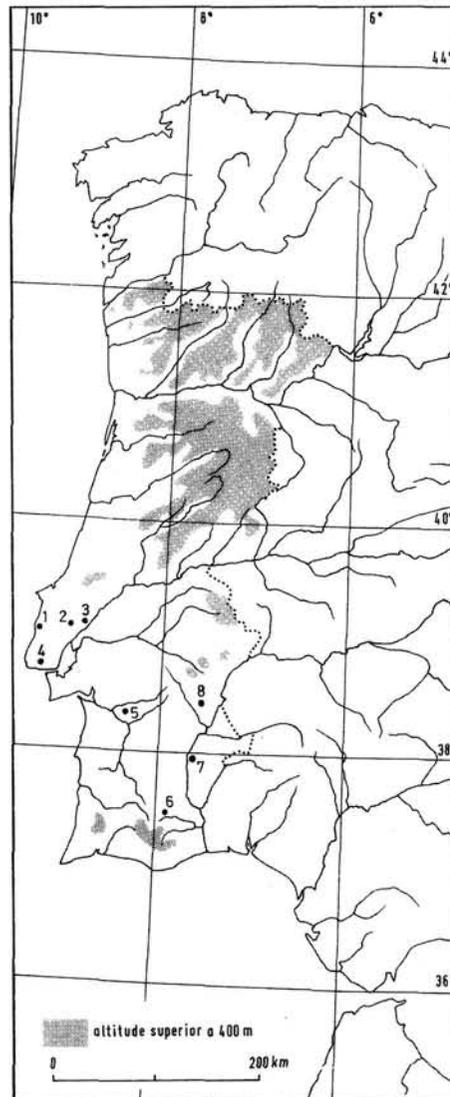
6. Um colapso inevitável?

No que se refere ao modelo económico-social específico dos primeiros séculos do 3º milénio, a questão da sua consolidação deriva da leitura das suas próprias construções monumentais, mas a natureza do seu colapso é menos conhecida.

O colapso de sociedades simples, com formas estruturais implicando limitações demográficas ou dependendo de redes de troca cujo desmantelamento ou progressiva desactivação implica a inadequação do modo de produção aos novos contextos, é uma realidade conhecida em diversos contextos históricos.

Admita-se que o sucesso das comunidades que no terceiro milénio ocuparam o Centro e Sul de Portugal se deve

1. à exploração intensiva dos solos, apoiada eventualmente no carro e no arado;
2. à diversificação das capturas de recursos;
3. à “domesticação” do leite e da lã;
4. à existência efectiva de redes de troca em que o cobre desempenha papel importante,



MAPA. 1. Principais povoados calcólicos fortificados identificados no Centro e Sul de Portugal até à década de 90 (Gonçalves, 1989, v. 1, p. 464). Excluíram-se situações mal documentadas, insuficientemente publicadas ou em que não é possível saber se existiu um dispositivo defensivo ou um simples muro para delimitação do espaço. No início do novo século, não decorriam, no Centro e Sul de Portugal, escavações em sítios com esta tipologia, salvaguardado talvez o caso, ainda inédito, do Porto das Carretas (Mourão, Alentejo médio).

1. Zambujal;
2. Pedra d'Ouro;
3. Vila Nova de S. Pedro;
4. Liceia;
5. Monte da Tumba;
6. Cerro do Castelo de Santa Justa;
7. Cerro dos Castelos de Serpa;
8. Monte Novo dos Albardeiros.

5. a uma superior concepção dos dispositivos defensivos, que protegem sociedades estabilizadas e com pólos fixos de ocupação de territórios de outros grupos, semi-nómadas ou simplesmente menos estruturados.

Mas a exploração intensiva dos solos conduz ao seu progressivo esgotamento, independentemente da diversificação das capturas de recursos. A “domesticação” do leite e da lã adequa-se a uma economia doméstica, mas tem pouca influência no crescimento e expansão de grupos de dimensão reduzida. As redes de troca que encaminham o cobre alentejano para as penínsulas de Lisboa e Setúbal, e o fazem girar nos circuitos “comerciais” de inícios do 3º milénio, podem ser facilmente desarticuladas quando o mecanismo da procura se desestabiliza. Finalmente, as fortificações têm uma eficácia defensiva real, mas confinam um grupo a um espaço muito reduzido, facilmente defensável, mas impossível de manter abastecido de comida e água por muito tempo: dentro das fortificações não há muito espaço para animais e as reservas de água em contentores cerâmicos têm uma duração limitada.

Assim, se as consequências do primeiro impacto da Revolução dos Produtos Secundários permitem o desenvolvimento de um mecanismo de cisão interna dos grupos, a que chamei “enxameamento”, conduzindo à colonização das “terras más”, só um mecanismo técnico-económico como o do regadio poderia permitir o crescimento e, sobretudo, a sustentabilidade de estes grupos.

Esgotado o modelo económico que os sustentava, os povoados calcólíticos fortificados colapsam, por não conterem na sua contextualidade os factores de durabilidade e crescimento que permitiriam a passagem a uma fase seguinte conexas.

É sobre povoados abandonados e com muralhas derrubadas que acampam os portadores do vaso campaniforme. O que é já por si bem significativo.

Lisboa, Primavera de 2002.

Bibliografia selectiva comentada

Escolheram-se os temas em debate, os monumentos e sítios (ou as regiões) sobre os quais há suficiente informação recente para serem analisados “do exterior”. Esta é, portanto, como os próprios comentários deixam entender, uma bibliografia subjectiva, o que justifica a não inclusão de textos considerados desinteressantes ou pouco úteis neste contexto.

1. CRONOLOGÍAS

Uma selecção de dados disponíveis:

CARDOSO, J. L. e SOARES, A. M. (1990/1991): “Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal”, *O Arqueólogo Português*. s. 4, 8-10. Lisboa, pp. 203-228.

Como quase sempre, não são as datas que estão em causa, mas a sua associação fiável, neste caso ao “Campaniforme”. A “casa” “campaniforme” de Liceia levanta muitas questões que, parece-me, não foram bem resolvidas.

GONÇALVES, V. S. (1989): *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.

Neste caso, pela publicação das datas ¹⁴C de Santa Justa, comparadas com as de outros sítios calcólíticos.

SCHUBART, H. e SANGMEISTER, E. (1983-84): “A cronologia absoluta (datações de C14) de Zambujal”, *Clio Arqueologia*, 1. Lisboa, pp. 31-40.

SOARES, A. M. e CABRAL, J. M. P. (1987): “O povoado fortificado calcólítico do Monte da Tumba. VI.—Cronologia absoluta”, *Setúbal Arqueológica*, 8. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 155-165.

SOARES, A. M. (1999): *Megalitismo e cronologia absoluta*. 2º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. 3. Zamora, pp. 689-706.

Uma excelente e actualizada síntese.

SOARES, A. M. e CABRAL, J. P. (1993): “Cronologia absoluta para o Calcólítico da Estremadura e do Sul de Portugal”. En *1º Congresso Peninsular de Arqueologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 217-236. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33: 3-4.

Apesar dos anos, indispensável. A completar com datações obtidas posteriormente à sua publicação (particularmente, Liceia).

SOARES, A. M. e CARDOSO, J. L. (1995): “Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico final e do Calcolítico inicial do povoado pré-histórico de Leceia”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5. Oeiras, pp. 263-276.

Este trabalho publica as primeiras referências arqueométricas sólidas em relação aos espaços cronológicos ocupados por dois períodos ou fases cujas sobreposições são por vezes difíceis de distinguir noutros contextos. Períodos ou fases que, em determinadas situações, podem não estar em sequência clara, mas em sincronia cronológica. Obrigatório, ainda que seja compreensível uma reserva crítica.

2. VILA NOVA DE S. PEDRO

Entre as dezenas de publicações sobre as Campanhas de escavação e alguns estudos exteriores sobre o sítio:

ARNAUD, J. M. e GONÇALVES, J. L. M. (1990): “A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)-balanço de meio século de investigações: 1.ª parte”, *Revista de Arqueologia*, 1. Lisboa, pp. 25-48.

DAVEAU, S. (1980): “Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos”, *Clio*, 2. Lisboa, pp. 13-37.
Não apenas um estudo hoje “histórico”, mas uma importante reflexão vinda do exterior do nosso campo de trabalho. Indispensável.

GONÇALVES, V. S. (1993): “O castelo de Vila Nova de S. Pedro”. En GONÇALVES, V. (ed.): *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube, 1, pp. 230-232.
Uma “leiturazinha” introdutória ao sítio.

JALHAY, E. PAÇO, A. (1945): “El castro de Vila Nova de S. Pedro”. En *Actas y memorias de la Sociedad Española de Antropología: Etnografía y Prehistoria*. Madrid, 20.

A primeira (e única) monografia. Ainda hoje apesar de tudo indispensável para se compreender o resto.

PAÇO, A. (1942): “Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do ‘castro de Vila Nova de São Pedro’”. En *Congresso do Mundo Português: Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1, pp. 132-143.

Uma descrição “distráida” de um extraordinariamente raro ritual de fundação, com paralelos de muito menor dimensão na grande torre do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz).

SAVORY, H. N. (1983-84): “Um corte através da fortificação interior do castro calcolítico de Vila Nova de S. Pedro”. *Clio Arqueologia*, 1-2. Lisboa: UNIARQ, pp. 19-29.

Savory procurava salvar o “insalvável” e pôr um pouco de ordem no caos em que se tornara VNSP. Um impressionante exemplo de que como era fácil fazer de outro modo...

3. LEXIM

ARNAUD, J. M.; OLIVEIRA, V. S. e JORGE, Vítor Oliveira (1971): “O povoado fortificado neo e eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra)”. *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 5. Lisboa: MNAE, pp. 97-132.

ARNAUD, José Morais (1977): “Escavações no Penedo do Lexim, 1975”, *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 8-9. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 398-406.

DRIESCH, Angela von den e RICHTER, Barbara (1976): *Tierknochenfunden aus Penedo do Lexim. Studien uber fruher. Tierknochenfunden von Iberischen Halbinsel*. Munchen, pp. 4-143.

SOUSA, Ana Catarina (2000): “O povoado pré-histórico do Penedo do Lexim (Igreja Nova, Mafra): Campanha 2 (99)”, *Cadernos de Arqueologia de Mafra*, nº 1.

Por fim uma publicação, a primeira de uma série, que divulga correcta e atempadamente os dados de escavação, mostrando desenhos completos, plantas, estruturas, materiais. O que qualquer sítio arqueológico merece, quanto mais este importantíssimo povoado (aparentemente não fortificado) da Estremadura portuguesa.

— (no prelo): “O Neolítico final do Penedo do Lexim (Mafra)”. En *Muita gente, poucas antas? Origens, Espaços e contextos do Megalitismo. Actas do 2º Colóquio Internacional sobre Megalitismo*.

3. PEDRA D’OURO

BARBOSA, E. (1956): “O Castro da Pedra do Ouro (Alenquer)”, *O Arqueólogo Português*, S. 2, 3. Lisboa, pp. 75-85.

Uma catástrofe científica que consagra a destruição de um sítio fundamental e, como eu próprio verifiquei, quase totalmente irrecuperável.

PAÇO, A. (1940): “A figurinha de barro de Pedra do Ouro”. En *Congresso do Mundo Português. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, pp. 219-232.

- (1966): “Castelo da Pedra do Ouro”. *Anais da Academia Portuguesa de História*, 16. Lisboa, pp. 115-152.
Afonso do Paço no seu pior. Não é preciso dizer mais.
- SCHUBART, H. (1969): “Las fortificaciones eneolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro en Portugal”. En *X Congreso de Arqueología*. Coimbra: Junta Nacional de Educação, 1, pp. 169-174.
4. O CORTE ZAMBUJAL
- KUNST, M. (1975): “Zambujal. Glochenbecher und Kerbblattvertziste Keramik aus der Grabungen 1964 bis 1973”, *Madriider Beitrage*, 5 (2). Mainz am Rhein: Verlag Philipp Von Zabern.
- (1987): “Bell Beakers sherds in Zambujal”. En *Bell Beakers of the Western Mediterranean. Definition, Intrepretation, Theory and new site data*. British Archeological Reports, 331 (II), pp. 591-601.
- (1987): *Zambujal Glochenbecher und Kerbblattvertzierte Keramik aus der Grabungen 1964 bis 1967*. Mainz aus Rhein. Madrid: Deutch Archaeologisches Institut, 2 vols.
M. Kunst tentando repor os artefactos nas estruturas e na sequência que lhes foi atribuída. Nem sempre com sucesso, mas com um esforço da maior importância para a reinterpretação do Zambujal.
- (1995): “Cerâmica do Zambujal-novos resultados para a cronologia da cerâmica calcolítica”. En KUNST, M.: *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa: IPPAR. (*Trabalhos de Arqueologia*, 7), pp. 21-29.
O Autor, que todos estimamos em Portugal, deveria tentar perceber melhor a língua de Camões e Saramago (este último um pouco hermético, é certo...), para não ler nos textos portugueses o que neles nunca esteve escrito.
- (1996): “As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura Portuguesa”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 257-287.
- SCHUBART, H. (1995): “As escavações no Zambujal-retrospectiva e planificação”. En KUNST, M.: *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa: IPPAR. (*Trabalhos de Arqueologia*, 7), pp. 17-20.
- SCHUBART, H. e SANGMEISTER, E. (1981): “Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973”, *Madriider Beitrage*, 5.
A publicação ainda hoje fundamental para o estudo das sequências de construção das fortificações calcolíticas. Com desenhos exemplares, contrastando com tudo o que na época se fazia para estas realidades.
5. LICEIA
- CARDOSO, J. L. (1989): *Leceia. Resultados das escavações realizadas: 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- (1993): “Leceia. 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico”, *Estudos arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. N. especial, 163 pp.
- (1995): “O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993)”. En *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 35: 1, pp. 115-131 (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 5).
- (1997): *O povoado de Leceia. Sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 pp.
Uma boa introdução, enquanto a síntese definitiva não está disponível, da autoria de um dos raros investigadores portugueses que levou até ao fim um projecto nesta área.
- (1997-1998): “A ocupação campaniforme no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, Oeiras; pp. 89-153.
- (1999-2000): “Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 8. Oeiras: Câmara Municipal, pp. 241-323.
Um estudo do maior interesse, ainda que as associações funcionais sejam de interpretação muito difícil em contextos pós-deposicionais complexos como este.
- (2000): “The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Calcholithic in portuguese Estremadura”, *Oxford Journal of Archaeology*, 19 (1), pp. 37-55.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. et SILVA, C. T. (1983-84): “O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1.ª e 2.ª campanhas de escavação (1983-84)”, *Clio Arqueologia*, 1. Lisboa, pp. 41-68.
- (1996): “A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6. Oeiras, pp. 47-90.
6. A VIDA E A MORTE NO ALENTEJO DO 3º MILÉNIO, DADOS RECENTES
- CALADO, M. (2001): “Da Serra d’Ossa ao Guadiana: Um estudo de pré-história regional”. Lisboa: IPA; 279 pp. [*Trabalhos de Arqueologia*, 19].

Um magnífico trabalho de prospecção arqueológica, com algumas interpretações polémicas sobre menires e recintos megalíticos. Um excelente exemplo de trabalho de campo associado a reflexões pragmáticas da realidade arqueológica.

GONÇALVES, V. S. (1987): “O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1 (88)”, *Portugália*, N. Série, 8-9. Porto, pp. 7-16.

Com níveis datados pelo radiocarbono da 2.ª metade do 4º milénio e da 1ª do 3º e uma diversificada informação sobre a simbólica.

— (1988/89): “A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz)”, *Portugália*, N. Série, 9-10. Porto, pp. 47-60.

Até ao momento, o único povoado calcolítico conhecido em Reguengos de Monsaraz com muralhas e torres e um intenso registo de reconstruções do dispositivo defensivo.

— (1989): *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.

Aqui de novo citado, pelos sítios da Vidigueira e Reguengos de Monsaraz.

— (1990/1991): “TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz)”, *Portugália*, N. série, 11-12. Porto.

Um povoado com fossos e estruturas negativas de tipologia diversificada completamente destruído pela empresa proprietária do terreno, FINAGRA.

— (1992): *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC.

Uma completa revisão da monografia de 1951 de Georg e Vera Leisner sobre o megalitismo de Reguengos de Monsaraz, incluindo novas perspectivas sobre o significado da geologia e da capacidade de uso dos solos, da orientação ritual dos monumentos e dos conjuntos artefactuais votivos.

— (1993): *A emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas* (Parte IV). En GONÇALVES, V. (ed.): *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube, 1, pp. 181-212.

— (1995): “O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas”. En *O Megalitismo no Centro de Portugal: Mangualde, Nov. 1992*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta, pp. 115-135.

Por razões pessoais, mas também mais objectivamente, mantenho uma grande relação afectiva com este texto. A questão do colapso das sociedades simples começa aqui a ser discutida.

— (1995): *Sítios, “Horizontes” e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 304 pp.

Estudos sobre artefactos votivos de calcário, novas perspectivas sobre grutas artificiais e tholoi como S. Pedro do Estoril, Alapraia e Paimogo. Segunda edição, revista e aumentada, prevista para 2002.

— (1999): *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.

Um ponto da situação do megalitismo de Reguengos de Monsaraz em fins do século. Análises preliminares do complexo megalítico do Olival da Pega.

— (2001): “A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 4.2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 115-206.

A pequena e muito destruída anta 2 da Herdade de Santa Margarida, escavada em 2000, foi objecto de uma publicação relâmpago. Com textos dentro do texto (a questão das goivas ou a discussão da cronologia do Escoural), é um texto que retoma, entre muitas outras, questões relacionadas com a presença ou ausência das placas de xisto gravadas em contextos do 3º milénio.

— (2002, no prelo): “STAM -3: a anta 3 da Herdade de Santa Margarida” (Reguengos de Monsaraz). Lisboa.

Uma muito pouco típica anta do 3º milénio...construída, reconstruída, usada e reusada. Com uma das mais notáveis placas de xisto do megalitismo português, dois enterramentos com problemáticas únicas e um impressionante conjunto de pequenas informações raríssimas de obter para o período em questão, nomeadamente nas perspectivas arquitectónica e antropológica.

— (ed.) (2000): *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre megalitismo (Reguengos de Monsaraz 1996)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 17).

Estudos assinados por Victor S. Gonçalves, Ana Catarina Sousa, Mariana Diniz, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, Jorge Oliveira, Martin Höck, Philine Kalb, Manuel Calado, Leonor Rocha, João Luís Cardoso, João Carlos Caninas, Francisco Henriques, J. C. Martín de la Cruz, M.ª R. Delgado Fernández, M.ª P. Sáiz Ruiz, J. C. Vena Rodríguez, J. J. Cepillo Galván, C. Marfil Lopera, Miquel Molist, Xavier Clop, Charles-Tanguy Le Roux, Rodrigo Balbín-Behrmann e Primitiva Bueno Ramírez. Seguidos por um interessante debate.

— (ed.) (2002, no prelo): *Muita gente, poucas antas? (Origens, espaços e contextos do Megalitismo)*. Actas do 2º Colóquio Internacional sobre megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*).

- GONÇALVES, V. S.; CALADO, M. e ROCHA, L. (1992): “Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão”, *Setúbal Arqueológica*, 9-10. Setúbal, pp. 391-412.
- GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (1997): “Uma primeira notícia sobre a ocupação pré-histórica do sítio Areias 15 (Reguengos de Monsaraz, Évora)”, *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz. Boletim Cultural do Município*, 1. Reguengos de Monsaraz, pp. 71-95.
- (1997): “A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular”. En *Actas do Colóquio Internacional O Neolítico Atlântico e as orixes do megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Union Internacional de Ciencias préhistóricas e protohistóricas, pp. 609-634.
- (2000): “O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz)”. En *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 11-104.
- Síntese que reescreve e desenvolve o estudo apresentado em Santiago de Compostela, referido imediatamente antes, já com alguns dados da mega operação de salvamento da Barragem do Alqueva.*
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. e CARVALHO, A. F. (1998): “Povoado dos Perdighões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1. Lisboa, pp. 45-153.
- Um texto decepcionante, se considerarmos o dinheiro gasto e a qualidade de alguns dos arqueólogos envolvidos.*
- OLIVEIRA, J. (1997): *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*. Marvão: Ibn Maruán.
- PARREIRA, R. (1983): “O Cerro dos Castelos de São Brás (Sarpa), relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980”, *O Arqueólogo Português*, S.4, 1. Lisboa, pp. 149-168.
- ROCHA, L. (1999): *Povoamento megalítico de Pavia: contributo para o conhecimento da Pré-História regional*. Mora: Câmara Municipal, 235 pp.
- SILVA, C. T. e SOARES, J. (1976-77): “Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve”, *Setúbal Arqueológica*, 2-3. Setúbal, pp. 179-272.
- Objectivamente, quer se goste ou não, um texto “fundador” e pioneiro. O grupo do Museu de Setúbal no seu melhor.*
- (1981): *Pré-História da área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972-77*. Lisboa: Gabinete da área de Sines.
- (1984): “A estratégia do povoamento dos ‘Chãos’ de Sines durante a Pré-História”. En *Hommage Georges Zbyszewski*. Paris: Recherches sur les Civilisations, pp. 393-410.
- (1987): “O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I- escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares”, *Setúbal Arqueológica*, 8. Setúbal, pp. 16-43.
- Um estudo, como os que o acompanham, absolutamente indispensável.*
- (2000): “Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas”. En GONÇALVES, V.: *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 117-134.
- Na perspectiva marxista, que subjaz a esta análise sintética e inteligente, de novo um texto absolutamente indispensável.*
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1975): “A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1-2, pp. 53-153.
- (1992): “Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos”, *Setúbal Arqueológica*, 9-10. Setúbal, pp. 37-88.
- VALERA, A. C. (2000a): “Moinho de Valadares e transição Neolítico final/Calcolítico na margem esquerda do Guadiana: Uma análise preliminar”, *Era Arqueologia*, 1. Lisboa, pp. 24-37.
- (2000b): “O Monte do Tosco”, *Era arqueologia*, 2. Lisboa, pp. 32-51.
- Dois estudos preliminares sobre sítios cuja investigação decorreu da mega operação de salvamento da Barragem do Alqueva.*
7. CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA E O ALTO ALGARVE ORIENTAL
- GONÇALVES, Victor S. (1989): *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.
- No deserto (ou no “mar”, como dizia Orlando Ribeiro) do Alto Algarve Oriental, os Cerros do Castelo de Santa Justa, das Mestras e Corte João Marques. E monumentos megalíticos de diferentes épocas como as*

antas das Pedras Altas ou Castelhana e o tholos da Eira dos Palheiros. A nível das interpretações avançadas, salienta-se a leitura sistemática dos possíveis territórios de recursos a curta, média e longa distância, bem como a teoria do “enxameamento” ou da “colonização interna”, atribuindo ao esgotamento dos recursos e à pressão demográfica a colonização “das terras más”.

- (1997): “Cerro do Castelo de Santa Justa. Um povoado calcolítico fortificado no Alto Algarve Oriental”. En *90 séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR, pp. 163-190.

Outra “leiturazinha” sintética, muitos anos depois. Pode servir como introdução a um sítio mais complexo do que parece (mas não é o mesmo que se passa com todos os outros sítios?).

- (1997): “Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho”. En *I Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, Sagres, 1995. *Setúbal Arqueológica*, 11-12, pp. 199-216.

- PARREIRA, R. e SERPA, F. (1995): “Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV e III milénios a.C.”. En *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular* (3). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 7. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35; 3, pp. 235-256.

Trabalho muito confuso e de difícil entendimento. Espera-se a monografia do monumento para uma avaliação mais adequada da grande importância que os conjuntos parecem revestir.

8. A METALURGIA DO COBRE, A REVOLUÇÃO DOS PRODUTOS SECUNDÁRIOS E A QUESTÃO DAS FORTIFICAÇÕES EM PORTUGAL

- CARDOSO, J. L. (1997): “Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura”, *Zephyrus*, 50. Salamanca, pp. 249-261.

- CARDOSO, J. L. e GUERRA, M. F. (1997-98): “Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7. Oeiras, pp. 61-87.

- GONÇALVES, V. S. y otros (1983-1984): “Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva”, *Clio Arqueologia*, 1. Lisboa, pp. 141-154.

- GONÇALVES, V. S. (1993): “A Revolução dos Produtos Secundários e a metalurgia do cobre”. En *História de Portugal*, I. Lisboa: Ediclube.

- (1994): “A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34 (3-4). Porto, pp. 117-131 (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular).

Este texto foi republicado, após revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995): *Sítios, “Horizontes” e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal.

- (1997): “As necrópoles de Monchique e o megalitismo do Algarve. Notas para uma futura revisão”. En *90 séculos entre a terra e o mar*. Lisboa: IPPAR, pp. 163-190.

- HODDER, I.; ISAAC, G. e HAMMOND, Norman (eds.) (1981): *Pattern of the past. Studies in honour of David Clarke*. Cambridge University Press.

- JORGE, S. O. (1994): “Colónias, Fortificações, Lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2.ª S.; 15. Porto, pp. 447-545.

Um bom exemplo das consequências do vírus da “Arqueologia Simbólica”, distorcendo por vezes incompreensivelmente o pensamento de uma lúcida e excelente investigadora, aqui um pouco longe dos seus melhores campos.

- PARREIRA, R. (1990): “Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal”, *Estudos Orientais*, 1. Lisboa, pp. 27-43.

- RENFREW, C. e SHENNAN, S. (eds.) (1982): *Ranking, resource and exchange*. Cambridge.

- SILVA, C. T. (1990): “Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro-Sul de Portugal. Notas para um debate”, *Estudos Orientais*, 1. Lisboa: Universidade Nova, pp. 45-52.

- SHERRATT, A. (1981): “Plough and pastoralism: aspects on secondary products revolution”. En HODDER, I.; ISAAC, G. e HAMMOND, Norman (eds.): pp. 261-305.

Pese o que pese, a RPS (que nasce aqui) corresponde ao afinamento do conceito de Revolução Neolítica avançado por Childe. Basicamente, trata-se, mais propriamente, de uma Segunda Revolução Neolítica. Com um impacto no Ocidente Peninsular, como tudo deixa entender, bem maior que a Primeira...

- (1982): “Mobile resources and exchange in early agricultural Europe”. En RENFREW e SHENNAN (eds.): pp. 13-26.

- (1987): “Wool, wheels and ploughmarks”, *Bulletin of the Institute of Archaeology*, 23. Londres: University College, pp. 1-15.

Para explicar (ou melhor: compreender) a ocupação de más terras e de áreas com recursos agrícolas limitados, noutros contextos teóricos um estéril exercício académico. O conceito da RPS é talvez o mais operativo e assente em realidades observáveis do último quartel do século. É lamentável que o ostensivo silêncio que recebeu a aplicação prática do modelo traduza preconceitos de escola e reaja ao que de incomodativamente novo ele trazia. E atenção, trata-se de um modelo de origem inglesa. Se fosse de origem francesa, teríamos provavelmente uma “Guerra das Estrelas” de bairro popular, movimentada pelas escolas “idealistas burguesas” contra a escola “neo-marxista” de Lisboa. Que, naturalmente, é, como sempre, um modelo de livre pensamento e heterodoxia, e nunca se reclamou de “neo-marxista”, “neo-pós-processualista” ou “positivístico-funcionalista”...

SILVA, C. T.; SOARES, J. e CARDOSO, J. L. (1995): “Os povoados fortificados do Monte da Tumba e Leceia-elementos para um estudo comparado”. En KUNST, M.: *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa: IPPAR (*Trabalhos de Arqueologia*, 7), pp. 159-168.

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F. e CABRAL, J. (1994): “Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana entre o Ardila e o Chança”. En *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, pp. 165-200.